continuação

celpa
energia para transformar

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

Empresa em Recuperação Judicial | CNPJ: 04.895.728/0001-80

Desempenho Econômico-Financeiro

Valores em R$ mil	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Var.% 2011-2012	CAGR % 2007-2012
Vendas em GWh	6.117	5.519	5.580	6.152	6.322	6.412	1,4%	0,9%
Número de consumidores	1.498.154	1.550.563	1.666.661	1.761.499	1.835.981	1.931.484	5,2%	5,2%
Receita operacional bruta	1.755.456	1.897.387	2.292.296	2.952.054	3.376.348	3.385.383	0,3%	14,0%
Receita operacional líquida	1.129.491	1.263.611	1.580.270	2.110.961	2.433.800	2.349.951	-3,4%	15,8%
EBITDA (1)	287.158	214.528	284.365	328.374	283.153	(406.526)	-243,6%	-207,2%
Margem Ebitda (%) (2)	25,4%	17,0%	18,0%	15,6%	11,6%	-17,3%	-248,7%	-192,6%
Lucro (prejuízo) líquido	114.217	(3.875)	88.056	(100.735)	(391.162)	(696.863)	78,2%	-243,6%
Dívida financeira líquida (3)	438.254	946.129	964.607	999.161	1.552.069	1.249.396	-19,5%	23,3%
Dívida financeira líquida / EBITDA	1,5	4,4	3,4	3,0	5,5	-3,1	-156,1%	-215,0%
Patrimônio líquido	1.111.521	1.066.725	992.394	891.659	500.497	116.369	-76,7%	-36,3%
Índice de endividamento (4)	28,3%	47,0%	49,3%	52,8%	75,6%	91,5%	21,0%	26,5%

(1) Ebitda: Resultado antes dos Juros, Impostos, Depreciação, Amortização e ganhos/perdas na alienação/desativação de bens e direitos e outros resultados não operacionais;
(2) Margem Ebtida: Ebitda / Receita Operacional Líquida;
(3) Dívida Financeira Líquida: Empréstimos, Financiamentos, Debêntures (–) caixa, equivalentes e sub-rogação CCC;
(4) Índice de endividamento: Dívida Financeira Líquida / (Dívida financeira Líquida + Patrimônio Líquido).

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 0,3%, passando de R$ 3.376,3 milhões em 2011 para R$ 3.385,4 milhões em 2011. Esse aumento foi principalmente decorrente de: (i) crescimento do mercado de venda de energia elétrica em 1,4%, (ii) aumento de 10,0% no preço médio de venda ao consumidor final (receita obtida dos consumidores finais dividida pelos MWh vendidos a esses mesmos consumidores), e (iii) diminuição de 36,5% na receita de construção, que passou de R$ 734,6 milhões em 2011 para R$ 466,2 milhões em 2012. Vale acrescentar que essa receita é parte dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard)*, Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui efeito real, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2011 quanto para 2012) aparecem no custo de operação, resultando em efeito nulo no resultado operacional da companhia. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 10,5%, passando de R$ 2.641,7 milhões em 2011 para R$ 2.919,2 milhões em 2012.

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R$ 1.233,1 milhões em 2012, portanto, 27,8% acima dos R$ 965,1 milhões verificados em 2011. Esse crescimento foi conseqüência da combinação dos seguintes fatores: (i) aumento de 3,9% nos GWh comprados para revenda, que passaram de 9.505 GWh em 2011 para 9.875 GWh em 2012, (ii) aumento de 23,8% no preço médio de compra (R$ gastos com compra de energia divididos pelo GWh vendidos), e (iii) aumento de 21,6% no custo do encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R$ 440,1 milhões em 2012, representando um aumento de 32,2% em relação aos R$ 332,9 milhões de 2011. No entanto, para uma correta análise, faz-se necessária a exclusão de alguns itens que compõem o custo da operação, tais como: (i) matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica e (ii) subvenção CCC, porém serem compulsórios, exógenos ou derivados da adoção do IFRS, sem efeito real sobre o resultado operacional. Assim, retirando-se o efeito desses itens, o custo da operação passou de R$ 387,8 milhões em 2011 para R$ 458,9 milhões em 2012, representando um aumento de 18,3% (R$ 71,1 milhões), influenciado pelos seguintes itens: (i) aumento de 48,9% (R$ 38,6 milhões) no custo de pessoal principalmente devido ao custo não recorrente do exercício de 2011, da mão de obra alocada nos investimentos do período, (ii) aumento de 6,2% (R$ 10,5 milhões) nos serviços de terceiros em razão dos reajustes anuais dos contratos (a inflação medida pelo IGPM foi de 7,8% entre 2011 e 2012), e (iii) diminuição de 6,8% (R$ 8,9 milhões) na depreciação e amortização.

As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas aumentaram 129,2% (ou R$ 427,2 milhões), passando de R$ 330,8 milhões em 2011 para R$ 758,0 milhões em 2012, principalmente devido as provisões líquidas de reversão, passaram de R$ 67,4 milhões em 2011 para R$ 381,2 milhões em 2012; e (ii) aumento de R$ 90,5 milhões no item outras despesas administrativas. É importante ressaltar que, antes da adoção do IFRS, os itens de perdas na desativação de bens e direitos e perda no valor recuperável, eram classificados com resultados não operacionais.

Como consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia passou de R$ 283,2 milhões em 2011 para R$ 344,4 milhões negativos em 2012.

O resultado financeiro passou de uma despesa de R$ 489,0 milhões em 2011 para uma despesa de R$ 207,7 milhões em 2012, representando uma diminuição de 57,5% (R$ 281,3 milhões). A rubrica que mais influenciou nessa queda foi a diminuição de 66,7% (R$ 116,6 milhões) nas despesas com encargos de dívidas.

Com isso, o resultado líquido do exercício de 2012 foi um prejuízo de R$ 696,9 milhões, em relação a um prejuízo de R$ 391,2 milhões em 2011.

Endividamento Financeiro

O saldo da conta empréstimos e financiamentos passou de R$1.936,7 milhões em 2011 para R$ 1.893,0 milhões em 2012, representando uma redução de 2,3% (R$43,7 milhões). Essa variação foi influenciada principalmente por: (i) alterações derivadas do Plano de Recuperação Judicial, advindas de (i.a) transferência da dívida com o BNDES para Equatorial, no valor de R$234,7; (i.b) aplicação de desconto de 25% nas dívidas dos credores Não Optantes do Plano; (ii) captações, principalmente da (ii.a) 1ª emissão de Notas Promissórias no valor de R$250,0 milhões para Capital de Giro; (ii.b) CCB de Capital de Giro no valor de R$50,0 milhões; (ii.c) captação de R$67,9 milhões referentes ao contrato ECF-2812 com a Eletrobrás e (iii) variação monetária, cambial e juros de R$110,7 milhões.

Considerando-se, portanto, a dívida líquida das disponibilidades (caixa e equivalentes) e sub-rogação CCC, o saldo passou de R$1.552,1 milhões em 2011 para R$ 1.249,4 milhões em 2012, representando uma diminuição de 19,5%.

Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento em moeda nacional representava 65,5% (R$1.240,1 milhões) do saldo total, enquanto as dívidas em moeda estrangeira representavam 34,5% (R$652,9 milhões). Nessa mesma data, o endividamento de curto prazo representava 21,1% (R$400,2 milhões) e o endividamento de longo prazo representava 78,9% (R$1.493,0 milhões).

Indicadores

A produtividade da empresa pode ser avaliada pelos indicadores abaixo:

	2012	2011	Var.%
Consumidor por empregado	909	827	10,0%
Consumo (Mwh) por empregado	3.017	2.846	6,0%
Consumo (Mwh) por consumidor	3,3	3,4	-3,6%
Receita bruta (R$ mil) por empregado	1.593	1.520	4,8%
Receita bruta (R$ mil) por consumidor	1,8	1,8	-4,7%

Número de consumidores: de 1.835.981 em 2011 para 1.931.484 em 2012;
Empregados (próprios): de 2.221 para 2.125;
Consumo (MWh): de 6.321.764 para 6.412.030;
Receita bruta: de R$ 3.376.348 mil para R$ 3.385.383 mil.

Investimentos

R$ Mil	2012	2011	Var.%
Programa Luz Para Todos / Universalização	45.486	165.273	-72,48%
Interligação da Ilha de Marajó	35.915	37.320	-3,76%
Redução de Perdas	93.494	137,444	-31,98%
Linhas e Substações de distribuição	33.968	59.048	-42,47%
Manutenção e melhorias do sistema	269.269	253.243	6,33%
Total	**478.132**	**652.328**	**-26,70%**

PROGRAMA LUZ PARA TODOS ("LPT") e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2012, a companhia investiu R$ 45,5 milhões. A principal característica desses Programas é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estado e Fonte Própria.

INTERLIGAÇÃO DA ILHA DE MARAJÓ: esse projeto prevê a interligação do Sistema Isolado da Ilha de Marajó ao Sistema Interligado Nacional, através da extensão da rede elétrica de Tucuruí até a Ilha do Marajó. Em 2012, a CELPA investiu R$ 35,9 milhões, com recursos provenientes da sub-rogação CCC.

PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas. Em 2012 foram investidos R$ 93,5 milhões.

MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA: são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R$ 269,3 milhões em 2012.

Dos R$ 478,1 milhões investidos em 2012, R$ 81,4 milhões referem-se a programas subsidiados pelo governo e R$ 396,7 milhões referem-se a investimentos com recursos próprios.

Ambiente Regulatório

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.188 de 02 de agosto de 2.011, com vigência a partir de 07 de agosto de 2011, prorrogou a vigência das tarifas da CELPA, discriminadas no Anexo I e II-A da Resolução Homologatória nº 1.035, de 03 agosto de 2010, até o processamento definitivo da revisão tarifária desta concessionária.

Tal decisão foi tomada com base nas Resoluções Normativas nº 433 e 471, de 11 de abril e 20 de dezembro de 2011, respectivamente, que estabelecem os procedimentos a serem adotados no terceiro ciclo de revisões tarifárias das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Em função desta prorrogação, o processo da revisão tarifária periódica da CELPA deveria ser homologado até o dia 07 de agosto de 2012 e teria efeito retroativo ao período de 07 de agosto de 2011 a 06 de agosto de 2012.

Em 03 de agosto de 2012, a juíza da 13ª Vara Cível, Drª. Maria Filomena de Almeida Buarque, competente para processar e julgar o pedido de Recuperação Judicial da Empresa, decidiu, nos autos do processo nº 0005939-47.2012.814.0301, pela aplicação imediata do reajuste nas tarifas de Energia Elétrica, sob pena de multa de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Os efeitos desta decisão persistem até hoje.

O Governo Federal publicou a MP 579/2012, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, que tem por objetivo a redução das tarifas de energia elétrica, através da renovação das concessões de geração e transmissão, que venceriam até 2017, exclusão da Cota de Consumo de Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e redução da Cota de Desenvolvimento Energético (CDE), todos encargos setoriais presentes na fatura.

Como resultado da referida lei, em 24 de Janeiro de 2013, foi realizada uma publicação extraordinária de Resolução Homologatória n° 1467, com vigência a partir de 24 de janeiro de 2013.

Responsabilidade Socioambiental

A Celpa atua de forma que suas ações e resultados econômicos, ambientais e sociais estejam integrados e equilibrados e contribuam efetivamente para a sustentabilidade, visando não só a perenidade dos negócios, mas o crescimento da região onde opera. Com este princípio, a empresa investiu em iniciativas e projetos socioambientais, voltados para a promoção da cidadania e da melhoria das condições de vida da comunidade e de seus colaboradores. A seguir alguns dos principais Investimentos Socioambientais da Celpa, que fazem parte das práticas de responsabilidade econômica, social e ambiental, junto aos seus públicos.

Benefícios para a Comunidade

Arrecadação de Recursos para Organizações Sociais

A Celpa possibilita a arrecadação de recursos financeiros para o UNICEF, Federação das Apae's, entre outras instituições de assistência social, através da doação de seus clientes por meio da fatura de energia. Esses recursos são aplicados em ações para melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes de todo o Estado.

Fórum de Empresários Paraenses pelos Direitos da Criança e do Adolescente

A Celpa é uma das mantenedoras do Fórum de Empresários Paraenses pelos Direitos da Criança e do Adolescente, organização não-governamental, sem fins lucrativos, que atua na sensibilização e mobilização da classe empresarial paraense, visando à promoção da garantia dos direitos da criança e do adolescente do Estado do Pará.

Ministério Público e a Comunidade

A empresa é patrocinadora das ações do Projeto O Ministério Público e a Comunidade que tem como objetivo facilitar o acesso da população, sobretudo a de baixa renda, aos serviços de assistência jurídica, de forma ágil e gratuita, na perspectiva da garantia dos seus direitos de cidadania. Como parceira desta ação social, a empresa leva a sua Agência Móvel com todos os seus serviços comerciais nas comunidades atendidas pelo projeto.

Projeto Transparência

É um projeto de relacionamento com a comunidade de orientação e educação, no que se uso racional da energia, segurança com energia elétrica, furto de energia, direitos e deveres, entre outras temáticas de interesse do público consumidor. O projeto visa proporcionar aos clientes melhor utilização da energia elétrica, informar sobre os serviços prestados pela concessionária bem como os direitos e deveres do consumidor. O projeto também realiza atendimento direto à população através da agência móvel, que vai até a comunidade para dar atendimento personalizado aos clientes em serviços como negociação de débito, troca de titularidade e outros.

Projeto Criança Luz

Projeto que atende 6 escolas comunitárias de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Região Metropolitana de Belém, beneficiando mais de 1.000 crianças de famílias de baixa renda, com idades entre 3 e 9 anos. O investimento de recursos garante a distribuição de material escolar, uniforme e alimentos para a merenda.

continua

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE